

Atuação do psicólogo escolar educacional em proposições legislativas contra medicalização da educação: suas representações sociais

*Tatiane dos Santos Costa**

*Ludgleydson Fernandes de Araújo***

*Fauston Negreiros****

Resumo

O presente estudo buscou apreender as representações sociais de graduando do curso de Psicologia em relação à atuação do psicólogo escolar educacional em proposições legislativas contra o fenômeno da medicalização da educação. Trata-se de um estudo descritivo exploratório, com dados transversais e por conveniência. Contou-se com 150 estudantes. Diante disto, formou-se um Dendograma composto por quatro classes de palavras que subdividiram em dois grupos, o primeiro com as classes 3, 2 e 1, que indicaram representações de uma atuação do psicólogo escolar educacional de forma mais política, crítica e extensiva, e o outro grupo formado apenas pela classe 4, indicando as representações diante de uma atuação psicossocial frente ao fenômeno da medicalização.

Palavras-chave: Proposições Legislativas. Medicalização. Psicólogo Escolar/Educacional. Representações Sociais.

* ORCID iD <http://orcid.org/0000-0002-5532-4630>.
tatianecostap2@gmail.com

** <http://orcid.org/0000-0003-4486-7565>. Universidade Federal do Piauí.
UFPI. ludgleydson@yahoo.com.br

*** <http://orcid.org/0000-0003-2046-8463>. Universidade Federal do Piauí -
UFPI. faustonnegreiros@ufpi.edu.br

Performance of the educational school psychologist in legislative propositions against medicalization of education: its social representations

Abstract

The present study sought to apprehend the social representations of undergraduate Psychology students in relation to the performance of the educational school psychologist in legislative proposals against the phenomenon of medicalization of education. This is a descriptive exploratory study with cross-sectional data and for convenience. There were 150 students. Given this, a Dendogram was formed consisting of four word classes that subdivided into two groups, the first with classes 3, 2 and 1, that indicated representations of the performance of the educational school psychologist in a more political, critical and extensive way and the another group formed only by class 4 indicating the representations in front of a psychosocial performance in the face of the phenomenon of medicalization.

Keywords: Legislative Propositions. Medicalization. School/Educational Psychologist. Social Representations.

Desempeño del psicólogo escolar educativo en propuestas legislativas contra la medicalización de la educación: sus representaciones sociales

Resumen

El presente estudio buscó comprender las representaciones sociales de los estudiantes de pregrado de Psicología en relación con el desempeño del psicólogo de la escuela educativa en propuestas legislativas contra el fenómeno de la medicalización de la educación. Este es un estudio exploratorio descriptivo con datos transversales y por conveniencia. Había 150 estudiantes. Ante esto, se formó un Dendograma que constaba de cuatro clases de palabras que se subdividían en dos grupos, el primero con las clases 3, 2 y 1, que indicaban representaciones del desempeño del psicólogo escolar educativo de una manera más política, crítica y extensa, y el otro grupo formado solo por la clase 4, que indica las representaciones frente a un desempeño psicosocial frente al fenómeno de medicalización.

Palabras clave: Propuestas legislativas. Medicalización. Psicólogo escolar/educativo. Representaciones sociales

1 Introdução

A expansão das graduações em Psicologia nos últimos anos no Brasil e as novas demandas sociais exigiram reflexões aprofundadas em relação à prática dos psicólogos, o que contribuiu para a reestruturação curricular e promulgação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia em 2004 (MARINHO-ARAÚJO, 2017). Uma área do conhecimento psicológico que merece destaque neste trabalho é a Psicologia Escolar e Educacional, que nos últimos vinte anos obteve um aumento nas produções acadêmicas que se posicionam de forma crítica frente à atuação em instituições escolares e junto às políticas públicas educacionais. Essa realidade se tornou possível mediante críticas presentes em estudos realizados na década de 1980, e que reverberaram em novas pesquisas diante de uma postura transformadora e necessária na área da psicologia escolar e educacional (GUZZO, 2011; NEGREIROS, ZIBETTI & BARROCO, 2018).

É relevante refletir sobre as práticas clínicas que eram exercidas dentro da escola e que, por si só, não respondiam às demandas que emergiam no contexto escolar e desconsideravam a construção cultural, social e política que envolvia os processos de ensino e aprendizagem dos alunos (NEGREIROS *et al.*, 2018). Para tanto, diante da inserção de políticas públicas e ponderações mais amplas sobre o espaço escolar, percebeu-se que o exercício do psicólogo no ambiente escolar ia além da prática clínica, estendendo-se para as ações coletivas, institucionais e pedagógicas que interferem no processo de ensino aprendizagem, não envolvendo apenas o aluno, mas toda a rede que se faz presente no cotidiano escolar (PATTO, 1990; SOUZA, 2007; NOVAES, 2010; PATTO, 2015; MARTINEZ, 2017).

Segundo as autoras Collares e Moysés (2015), o que é para ser compreendido por meio das questões sociais, políticas, culturais, históricas e afetivas passa a ser visto como doenças, e a participação dos verdadeiros responsáveis, no caso governo e os profissionais, passa despercebida, eximindo-os dessa culpa. Com isso, a medicalização é reconhecida por transformar questões sociais em

biológicas, deslocando os olhares referentes aos problemas estruturais e institucionais que afetam diretamente o processo de ensino e aprendizagem (COLLARES & MOYSÉS, 2015; DAMASCENO, COSTA & NEGREIROS; 2016).

Compreende-se que os posicionamentos críticos referentes à atuação do psicólogo escolar frente às questões que contribuem para a medicalização da educação, a produção de subjetividade dentro dessa lógica e a forma que isso afeta a qualidade do ensino, são pontos em que os profissionais precisam refletir desde a graduação (NEGREIROS *et al.*, 2016). Para tanto, deve-se ter consciência da diversidade em relação às suas práticas e compreender seu papel político diante das políticas públicas que são voltadas à educação, pois precisam ser debatidas e avaliadas para que sejam executáveis e contribuam para os avanços dentro da escola (VIÉGAS, 2007; SOUZA, 2010; PASQUALINI, SOUZA & LIMA, 2013; OLIVEIRA & PAIVA, 2016).

Com o escopo de debater e refletir sobre as formas de patologização da educação e sociedade, surgiu o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade no Brasil, cujo movimento social está presente em 23 Estados brasileiros e vem mobilizando a sociedade por meio de ações educativas e sociais voltadas à população em relação ao fenômeno da medicalização. Como uma de suas atividades em prol de mudanças na qualidade de vida e do ensino, encontra-se o posicionamento político, por meio de olhares críticos referentes a leis de cunho medicalizante. Além de instituições e proposições legislativas municipais e estaduais que versam a luta contra esse fenômeno, ressalta-se a participação de profissionais ligados às mais diversas áreas de atuação, entre eles o psicólogo escolar e educacional (ANGELUCCI, 2014; RIBEIRO, 2014).

Destaca-se a relevância social e acadêmica em apreender as representações sociais (RS) que os graduandos constroem na formação sobre a atuação do psicólogo escolar mediante proposições legislativas que combatem o fenômeno da medicalização na educação brasileira. Deste modo, as RS podem ser percebidas como

teorias coletivas sobre o senso comum e que envolvem valores e conceitos que são partilhados coletivamente e produzidos nos contextos sociais, e possibilitam a compreensão de conhecimentos elaborados e compartilhados socialmente (COUTINHO, ARAÚJO & SARAIVA, 2013; VALA, 2018).

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo principal apreender as representações sociais de estudantes universitários brasileiros do curso de Psicologia em relação à atuação do psicólogo escolar em proposições legislativas contra o fenômeno da medicalização da educação.

2 Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo descritivo exploratório, com dados transversais e por conveniência. Contou-se com a participação de 150 estudantes brasileiros do curso de Psicologia, escolhidos de forma não probabilística, de uma Instituição de Ensino Federal Superior no Estado do Piauí.

Como critérios de inclusão, optou-se: i) estar com a matrícula ativa na Graduação em Psicologia; ii) cursar a graduação em uma universidade pública federal. Como critérios de exclusão: não atender a nenhum critério de inclusão ou não responder corretamente o questionário.

Deste modo, os participantes da pesquisa, em sua maioria, foram mulheres (70.60%), com faixa etária entre 17 a 57 anos, com média de idade entre 22.82 (DP=5.0). A maior concentração esteve entre os alunos do 4.º período (23.3%), e uma menor participação dos alunos matriculados no 7.º (8%) período. Em relação ao contato com estágios em Psicologia Escolar, a maioria (62%) afirma ter tido estágio na área.

Para a coleta, foi utilizado um questionário sociodemográfico composto por perguntas voltadas à idade; sexo e período em que cursa Psicologia. Em seguida, aplicou-se uma pergunta norteadora.

A coleta dos dados ocorreu em uma instituição federal de ensino superior no Estado do Piauí, no Brasil. A aplicação foi re-

alizada coletivamente em suas salas de aulas com a autorização da coordenação do curso de psicologia. Também se fez necessário a aplicação de forma individual de alguns questionários, a média de tempo para as respostas foi de 20 minutos. Diante disto, a abordagem apresentava o questionário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados sociodemográficos foram analisados de forma quantitativa. E as respostas foram analisadas qualitativamente através do software IRAMUTEQ (Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires, versão 0.7), software que permite análises quantitativas e qualitativas de dados textuais por meio de lexicografia, referentes à frequência e estatística básicas (CAMARGO; JUSTO, 2013). O programa utiliza a estrutura do software R (www.r-project.org) para realização dos cálculos estatísticos.

Nas análises, realizou-se o procedimento de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que é apresentada pelo dendograma. As classes lexicais em que foram divididas o discurso, a partir da frequência e do qui-quadrado (X^2), modelo este que foi proposto por (REINERT, 1990). Foram construídas tabelas referentes à construção das classes obtidas por CHD, descrevendo os segmentos de texto mais representativos de cada classe, com base na média dos X^2 das formas ativas em cada segmento de texto.

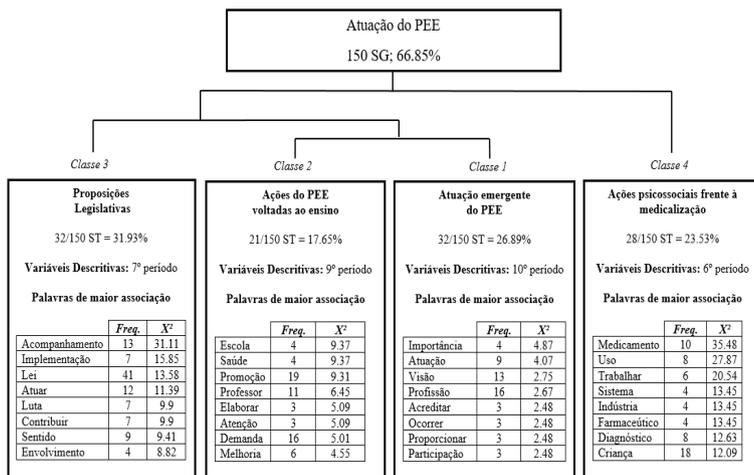
3 Resultados e discursos preliminares

Com relação à pergunta “Como você observa a atuação do psicólogo escolar e educacional frente à proposições legislativas contra a medicalização da educação e da sociedade?”, o estudo baseou-se na realidade local e em estudos prévios que apresentaram a participação de PEE’s em proposições legislativas nos municípios piauienses (Parnaíba, Cocal dos Alves, Ilha Grande, Luis Correia, Teresina; Campo Maior, São Raimundo Nonato, Oeiras, Picos, Cajueira da Praia, Ipiranga do Piauí, José de Freitas e Floriano), que foram instituídas dias de lutas contra o fenômeno da medicalização pelos vereadores destes municípios (NEGREIROS, ROCHA & BARROS, 2018).

Obtiveram-se 150 respostas, que compunham o corpus inicial, assim como 150 segmentos de texto, com 5536 ocorrências e 1216 formas. A retenção foi de 66.85% do corpus (CAMARGO; JUSTO, 2016).

O dendograma foi subdividido em quatro classes. A classe 4 (23.53%), isolada do lado direito, deu origem às demais classes, sendo intitulada por “ações psicossociais frente à medicalização”, e apresentou como variáveis descritivas as representações dos alunos que cursam o 6.º período de Psicologia. O segundo campo, formado pela classe 3 (31.93%) “Proposições Legislativas”, é a mais significativa e condizente com os objetivos da pergunta, possui a variável descritiva dos graduandos presentes no 7.º período, e originou as classes 2 (17,65%), onde apresenta as representações diante das “ações do PEE voltado ao ensino”, e que está ligada à classe 1 (26,89%), que ressalta a “atuação emergentes do PEE”.

Figura 01 Dendograma: Representações sociais sobre a atuação dos psicólogos escolares frente às proposições legislativas contra o fenômeno da medicalização da educação e da sociedade.



Fonte: Núcleo de Pesquisa e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar/PSIQUED

Realizaram-se divisões sequenciais, originando quatro classes de palavras (Figura 01), e o corpus 4 foi dividido em três subcorpus, o primeiro deles sofreu uma divisão originando a Classe 3, e esta foi dividida em subcorpus da classe 2 e 1. Cada classe resultante pela CHD é composta pelas palavras mais significativas (maior frequência dentro da classe) e pelas respectivas associações com a classe X^2 (chi-quadrado). Deste modo, o Dendograma apresenta as divisões sofridas pelo corpus até originar as quatro classes, bem como, oito palavras que melhor caracterizam cada uma.

A classe 3, presente na análise hierárquica (Figura 01), foi estruturada com 38 UCEs, representando 31,93% das entrevistas e pontuando sua maior representatividade diante das demais classes. As palavras que obtiveram maior associação com a classe referem-se ao posicionamento dos PEE diante das proposições legislativas, mostrando que as representações desta categoria permitem compreender que o envolvimento do PEE frente às proposições legislativas podem contribuir de forma positiva, seguindo a ordem das palavras: acompanhamento, implementação, lei, atuar, luta, contribuir, sentido e envolvimento, sendo representadas pelos conteúdos semânticos mais característicos. As falas representativas demonstram a relevância dessa atuação frente às proposições legislativas, a fim de promover ações frente à medicalização no ambiente escolar, que atinge a sociedade de forma silenciosa. Os conteúdos semânticos apresentam:

Penso que como o psicólogo escolar atuando no ambiente escolar e estudando as questões educacionais que atravessam e são atravessados pelas relações humanas, esse profissional deve estar implicado na elaboração, implementação e acompanhamento de leis sim, fornecendo esclarecimentos e contribuindo com os aspectos psicológicos sociais (*sexo feminino, 24 anos, 10.º período*).

O psicólogo escolar, assim como todo cidadão, é um ser político e cabe a ele se valer da ciência psicológica para embasar suas reivindicações. Em relação à medicalização, tanto cabe a ele cobrar medidas como também fiscalizar e ajudar na elaboração das mesmas (*sexo feminino, 21 anos, 7.º período*).

Não conheço uma atuação direta na elaboração, mas conheço projetos que lutam pela causa. A implantação e o acompanhamento são algo mais visível. No entanto, as práticas em si são muito importantes (*sexo feminino, 26 anos, 8.º período*).

Percebe-se que as três descrições entendem que a atuação do PEE frente à elaboração de leis é relevante devido aos impactos sociais que essa prática pode gerar. Conforme Pasqualini, Souza e Lima (2013), a atuação e embates junto às proposições legislativas são formas de materializar significativas mudanças sociais, pois podem gerar políticas públicas e transformar práticas voltadas à qualidade do ensino. Assim, demarcar práticas que induzem à qualidade de vários contextos sociais também é responsabilidade do psicólogo. Independentemente de sua área de atuação, as transformações só serão efetivadas diante do reconhecimento da importância de se posicionar politicamente diante das condições sociais atuais (DIMENSTEIN, 2001; SOUZA, 2010; OLIVEIRA & PAIVA, 2016).

Para Martinez (2017), há a consciência da importância do envolvimento do PEE na construção de políticas públicas educacionais. No entanto, as referências acadêmicas que possam subsidiar a consistência de práticas e do impacto que este pode gerar socialmente ainda são insuficientes. Esse pensamento reverbera na representação trazida por uma das participantes, de modo que demonstra a importância do PEE diante da elaboração das proposições legislativas, mas não é algo familiar (MARINHO-ARAUJO & NEVES, 2017).

Ao abordar sobre as RS Moscovici (2003), apresenta a importância do conhecimento científico para os sujeitos como forma de dar sentido social ao que lhe é desconhecido. Mediante isso, há uma constante construção do conhecimento do que lhe é novo e o que foi apreendido, produzindo sentido. O que pode ser observado na fala da participante, que quando ela busca compreender essa atuação partindo do que conhece, no caso projetos que realizam a luta contra medicalização da educação e da sociedade, com escopo de dar visibilidade à atuação até então desconhecida, isso torna-se

um processo contínuo de aprendizagem (COUTINHO, ARAÚJO & SARAIVA, 2013; AMARAL, NEGREIROS & ARAÚJO, 2018).

Para Marinho-Araujo (2017), alguns aspectos curriculares limitam a formação em psicologia. Entretanto, é necessário considerar os avanços curriculares como pontes para uma formação ponderada, fazendo que no percorrer do caminho os futuros profissionais sejam conscientes de seus papéis, da sua função profissional, da diversidade metodológica e da atuação multidisciplinar presente nos diversos contextos sociais, para que assim sejam efetivadas as transformações em relação as formulações legais propostas pela reestruturação curricular.

Portanto, as representações nesta classe resultam na percepção da importância de uma atuação frente às proposições legislativas voltadas ao fenômeno da medicalização, pois buscam sentidos mediante seus conhecimentos sociais, consideram a relevância social que tal atuação apresenta. Ao realizar práticas novas e posicionamentos frente às questões que interferem no ensino, no caso ao fenômeno da medicalização, este profissional está buscando melhorias. O que pode ser verificado nos resultados da ligação entre as classes 2 e 1, que ficaram intimamente ligadas e representam a atuação ampla diante dos contextos escolares.

A classe 2, representada na análise hierárquica, foi estruturada com 21 das UCEs. Diante das demais classes, encontra-se com o valor mais baixo, de 17,65% do total de 150 entrevistas. As palavras que obtiveram mais associação com a classe referem-se ao posicionamento dos PEE em busca da qualidade de ensino, a saber: escola, saúde, melhorar, promoção, atuação, demanda, melhora. Os principais relatos referentes à questão são:

É de suma importância, pois o psicólogo escolar está em contato direto com a escola e com as demandas trazidas pelos alunos, professores e outros profissionais, como eles lidam com problemas emocionais familiares sociais, culturais e de saúde mental (*sexo masculino, 21 anos, 5.º período*).

Dada a situação da intensa medicalização nas escolas atualmente, o engajamento do psicólogo em busca de leis que regulam esse fenômeno é importante, uma vez que a medicalização excessiva pode prejudicar os alu-

nos e psicólogos na promoção de saúde (*sexo feminino, 23 anos, 5.º período*). Observo com um fator importante para o trabalho no ambiente escolar, pois ao olhar neste âmbito as leis efetivam e asseguram os direitos dos adolescentes e crianças. O psicólogo neste sentido pode ser um instrumento para elaborar leis, projetos, e melhoria nas escolas (*sexo feminino, 25 anos, 10.º período*).

As representações sociais apreendidas entre os estudantes brasileiros sobre as práticas realizados pelos PEE podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, pois expõem representações de um trabalho desenvolvido de forma ampla, contrária aos métodos que direcionam as práticas individualizantes, reconhecem os vários aspectos de atuação que podem interferir no processo de aprendizagem e no contexto escolar, onde o PE pode contribuir junto à família e ao contexto escolar, nos debates sobre o fenômeno da medicalização e em uma atuação política.

Contrapondo com as representações diante de práticas tradicionais que usam da individualização para justificar comportamentos e modos de aprendizagem, que se construíram por meio de discussões iniciais sobre seu lugar enquanto ciência e a diversidade de objetos estudados pela psicologia, havendo assim a necessidade de se identificar como ciência, e isso foi se solidificando dentro do campo positivista, afetando outras áreas dentro das ciências psicológicas (BARBOSA, 2011).

As representações elaboradas pelos graduandos de psicologia apresentam a perspectiva de uma psicologia escolar crítica, que vem se solidificando ao longo dos anos, de modo que se espera uma formação coerente com a realidade social e com as práticas de um trabalho coletivo e não patologizante. Para Novaes (2010), a formação inicial em psicologia escolar é capaz de formar futuros profissionais éticos e comprometidos com as demandas sociais, sendo promotores do desenvolvimento humano e estando pautados em teorias críticas.

Souza *et al* (2014) mencionam as principais barreiras de atuação que foram construídas ao longo da formação do PEE, o que

lhe desafia e limita suas ações, entre elas sua identificação como um profissional que faz parte da equipe escolar, das parcerias que auxiliam na construção de suas práticas cotidianas, a afirmação de seu protagonismo diante de demandas coletivas e seu comprometimento crítico e político em busca da promoção do desenvolvimento dos alunos (GUZZO, 2011).

O movimento de uma atuação mais abrangente também foi reflexo da regulamentação da profissão, assim como, publicações de documentos que norteiam a prática por meio de uma perspectiva crítica. No entanto, são estudos permeados por uma prática tradicional, sem reflexões críticas (NOVAES, 2008; MARTINEZ, 2009).

Diante do exposto, pode-se afirmar que as representações nesta classe demonstram a importância de uma atuação crítica e extensiva dentro dos contextos escolares. Logo, os estudantes de psicologia pontuaram práticas que compreendem que o ensino envolve tanto o contexto escolar, como também o meio social, emocional e cultural; a importância do envolvimento com temas como o da medicalização e a importância de atuações políticas que podem interferir nos contextos escolares, o que corrobora a classe 3, discutida anteriormente e com a classe 1, apresentada a seguir.

A classe 1 foi estruturada com 32 das UCEs, representando 26,89%. As palavras que obtiveram maior associação apresentaram a importância de se posicionar diante dos novos desafios que se apresentam na atualidade. A ordem das palavras revelou os seguintes termos: importância, atuação, suma, visão, profissão, acreditar, ocorrer e proporcionar. As falas representadas nesta classe, com as palavras que compunham a classificação hierárquica, apontam como as suas práticas podem ser potencializadas e ampliadas, e proporcionam o reconhecimento de sua atuação para além das práticas já cristalizadas. O que fica mais nítido nas falas a seguir:

Tal atuação é de extrema importância, pois cabe também aos psicólogos defenderem o verdadeiro significado da sua profissão e garantir os direitos da sua atuação nesse espaço (*sexo masculino, 49 anos, 5.º período*).

A atuação do psicólogo escolar é muito importante na elaboração de leis frente à medicalização. O olhar desse profissional vai abranger diversas questões, sendo a questão principal a retirada do aluno como foco, proporcionando uma visão abrangente e crítica (*sexo feminino, 22 anos, 8.º período*). Sua participação na elaboração de leis referente ao assunto é de suma importância, visto que poderá apontar os impactos disso na vida social escolar e individual da criança e pensar alternativas para a melhoria da vida das crianças (*sexo feminino, 21 anos, 8.º período*).

Percebe-se que há a concepção de reconhecimento de uma atuação potente e emergente, que, segundo Martinez (2017), ocorre quando o PEE desenvolve práticas que vão além dos aspectos individuais dos alunos, quando se amplia a visão reducionista e busca ações permeadas pelos aspectos institucionais, físicos, sociais, políticos e históricos que permeiam o ambiente escolar e colaboram para a compreensão dos processos subjetivos que interferem no cotidiano escolar. Isso auxilia a construção de práticas voltadas à escola como um todo, afetando professores, ambiente escolar, equipe pedagógica, os aspectos institucionais e curriculares e identificação de possíveis leis que garantam a qualidade do ensino. Esse olhar é realizado de forma colaborativa com os demais atores escolares, de modo a envolver todos em uma única direção: o desenvolvimento da educação.

Em relação às práticas do PEE, ao longo do tempo houve reformas nos afazeres do profissional em psicologia escolar. Yamamoto, Santos, Galafassi, Pasqualini e Souza (2017) apontam que, diante das demandas atuais e relacionadas às mudanças políticas e sociais, o PEE é lançado a uma diversidade de ações, que ao passar dos anos vão aumentando. Portanto, demarcar práticas que induzam à qualidade de vários contextos sociais também é responsabilidade do psicólogo. Independentemente de sua área de atuação, as transformações só serão efetivadas diante do reconhecimento da importância de se posicionar politicamente diante das condições sociais atuais.

A retomada da importância do compromisso social da atuação do psicólogo na constante luta de promover uma educação pública de qualidade implica no reconhecimento dessas concepções

que se apresentam por trás da elaboração de políticas públicas educacionais, assim movendo transformações no âmbito educacional. Diante disto, a próxima classe volta-se para as representações sobre as ações psicossociais frente à medicalização.

A classe 4 foi estruturada com 28 UCEs, representando 23,53% do total de 149 entrevistas. As palavras que obtiveram maior associação com a classe referem-se à importância do posicionamento do PEE na luta contra o fenômeno da medicalização. Portanto, as palavras mais expressivas foram: medicamento, uso, trabalho, sistema, indústria, farmacêutico, diagnóstico e criança, sendo representadas pelos conteúdos semânticos descritos:

Acredito que em uma sociedade patologizante como a brasileira é de suma importância nesta atuação, visto que já é algo tão normalizado que o não consumo causa estranheza (*sexo masculino, 20 anos, 4.º período*).

É de suma importância a participação de profissionais de psicologia na elaboração de leis quando estas afetam processos educacionais e medicamentosos. Há de considerar uma maior necessidade, visto a formação e enriquecimento que a profissão pode trazer para a discussão do assunto (*sexo feminino, 28 anos, 8.º período*).

Necessária, visto que seria o profissional especializado na área, logo as chances de ser algo que não traga prejuízos são maiores (*sexo feminino, 32 anos, 10.º período*).

As representações sociais descritas pelos estudantes de psicologia demonstram a relevância da participação do PE na luta contra a medicalização, em que sua atuação pode proporcionar impactos positivos no contexto social, apresentando este profissional como capacitado para se posicionar em relação ao fenômeno que acomete não só o contexto escolar, mas a sociedade. As representações são abrangentes frente ao processo de medicalização, além de mostrar a possibilidade de uma atuação pouco discutida diante das políticas.

O termo “medicalização”, usado inicialmente pelo filósofo Ivan Illich (1975), apresentou-se por meio de observações que ele fez sobre a influência de saberes médicos que estavam sendo introduzidos na vida social e que contribuíam para a perda de autonomia

do sujeito. De acordo com o Fórum brasileiro sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (2015), a discussão sobre a medicalização pode ser compreendida como um processo em que as dificuldades de adaptação social são minimizadas às questões de ordem orgânica, surgindo assim um indivíduo doente. Estagnando-se na doença e esquecendo a precariedade e sofrimento das condições vivenciadas pela pessoa (RIBEIRO, 2014).

Logo, Colarres e Moyses (2015) pontuam que é algo que acontece com certa frequência na educação, onde o diagnóstico de diversos transtornos justifica a causa do não aprender, aliviando o incômodo de famílias e profissionais nas áreas de saúde e educação, em vez de ampliar o olhar para uma diversidade de questões sociais envolvidas nesse contexto.

Os conceitos de medicalização se diversificam, no entanto, todos estão voltados ao sentido das soluções rápidas que acabam conduzindo a uma apropriação médica e à cura imediata dos problemas cotidianos, muitas vezes por meio do uso de fármacos, o que tem contribuído para o crescimento da indústria farmacêutica. Nas questões escolares, percebe-se o crescimento do uso de medicamentos que possuem como princípio ativo o metilfenidato, causado pelo crescente diagnóstico rápido ocorrido (CHRISTOFARI, 2014).

Diante de tal realidade e visando uma desconstrução do excesso de diagnósticos medicalizantes e o crescimento do uso de psicofármacos nos últimos anos, faz-se necessário difundir debates e reflexões sobre o processo de medicalização. Como ferramenta de enfrentamento, profissionais do campo da psicologia podem exercer práticas junto às equipes multiprofissionais, orientar pesquisas e ações, estreitar vínculo com o paciente, visando uma prática mais humana e não apenas clínica.

Por fim, o conjunto de dados apreendidos nas representações sociais demonstradas pelas classes de palavras apresentou dois campos, onde o primeiro, formado por três classes de palavras, delineou uma atuação do PEE de forma mais crítica, política e ampla, dentro dos contextos de ensino. E o segundo campo, representado

apenas pela classe 4 e em que estava explícita a importância do profissional de psicologia em meio ao crescimento do fenômeno da medicalização, isto no contexto educacional, político e social.

4 Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo apreender as representações sociais de estudantes universitários brasileiros do curso de Psicologia em relação à atuação do psicólogo escolar em proposições legislativas contra o fenômeno da medicalização da educação. Os resultados evidenciaram representações dos graduandos de psicologia sobre a atuação do PEE diante de: ações psicossociais frente à medicalização, associando a implementação e acompanhamento das leis como meios que podem ser utilizados por esse profissional para lutar contra a medicalização.

É importante destacar que tais representações foram realizadas por estudantes que, em sua maioria, já realizaram o estágio na área da Psicologia Escolar (62%) e tiveram contato com a literatura para o desenvolvimento das atividades durante o estágio, o que pode contribuir na construção dessas representações.

Contudo, mesmo a atuação do psicólogo escolar frente a proposições legislativas contra a medicalização da educação ser uma temática pouco conhecida, o que foi evidenciado por um dos participantes, os resultados em geral representam a compreensão que o psicólogo escolar educacional é um profissional apto para desenvolver ações que versam sobre o fenômeno da medicalização no âmbito legislativo, sendo importante essa atuação, o alcance social e o impacto que pode gerar.

Para mais, ressalta-se que o presente estudo possui algumas limitações, sobretudo ter sido realizado em apenas uma instituição de ensino superior, apresentando especificidades sociais, culturais, econômicas e políticas dentro desse contexto. Portanto, sugere-se buscar representações em outros contextos e até mesmo a realização de estudos comparativos como em instituições públicas e privadas ou em instituições federais e estaduais, abordando a temática apresentada, tendo em vista ser pouco explorada.

Por fim, espera-se que o presente estudo possa subsidiar possíveis intervenções nas práticas e formação de futuros profissionais de psicologia mediante a atuação em proposições legislativas contra o fenômeno da medicalização da educação, posto que a atuação política frente às práticas medicalizantes pode proporcionar um maior alcance social e gerar maiores reflexões relacionadas aos processos que geram adoecimento nos ambientes escolares.

Referências

AMARAL, B. E.; NEGREIROS, F & ARAÚJO, L. F. Medicalização da Educação: Representações sociais de professores de Cocal dos Alves-PI. In. Medeiros, E.D; Araújo, F.L; Coutinho, M.PL & Araújo, L.S.L (org.). **Representações sociais e práticas psicossociais**. Teresina: Edufpi, 2018.

ANGELUCCI, C. B. Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade. In. Viégas, L.S (org.). **Medicalização da Educação: ciência ou mito?** (pp. 277-300). Salvador: EDUFBA, 2014.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Iramuteq: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, 21, (p. 513-518), 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>. Acesso em janeiro de 2019.

CHRISTOFARI, A. N. **Modos de ser e de aprender na escola: medicalização (in) visível?** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2014.

COLLARES, C.A.L & MOYSÉS, M.A.A. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino medicalização**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Autor, 2015.

COU'TINHO, M.PL.; ARAÚJO, L.F; SARAIVA, E.R.A. Revisitando a teoria das representações sociais: uma abordagem teórica. In. Cruz, R.T & Gusmão, E.E.S. **Psicologia: conceitos, técnicas e pesquisas**. v.2. (pp. 11-24). Curitiba: Editora CRV, 2013.

DAMASCENO. M.A.; COSTA, T.S.; NEGREIROS, F. Concepções de fracasso escolar: um estudo com professores das cinco regiões brasileiras. **Revista de Psicologia. Fortaleza**, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/6238>. Acesso: 10 janeiro 2019.

DIMENSTEIN, M. **O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. Psicologia em estudo**. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/>

scielo.php?pid=S1413-73722001000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso dezembro de 2018.

FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. **Carta do IV Seminário Internacional a Educação Medicalizada: desver o mundo, perturbar os sentidos.** Salvador. 2015. Disponível em: <http://seminario4.medicalizacao.org.br/carta-do-iv-seminario-internacional-a-educacaomedi-calizada-desver-o-mundo-perturbar-ossentidos>>. Acesso dezembro de 2018.

GUZZO, R. S. L. Desafios cotidianos em contextos educativos: a difícil formação de psicólogos para a realidade brasileira. In R. G. Azzi, & M. H. T. A. Gianfaldoni. **Psicologia e educação** (pp. 253-270). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

ILLICH, I. **A expropriação da saúde: nêmesis da medicina.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

MARINHO-ARAUJO, C.M (2017). O psicólogo escolar nas diretrizes curriculares: espaços desafios instalados. Org. Campos, H. **Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas.** (pp. 11-38). Alínea: Campinas, 2017.

MARTÍNEZ, A. A. O psicólogo escolar e os processos de implantação de políticas públicas: atuação e formação. Org. Campos, H. **Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas.** (pp. 95-118). Alínea: Campinas, 2017.

MOYSÉS, M. A. A; COLLARES, C.A.L. Medicalização do comportamento e da aprendizagem: a nova face do obscurantismo. In. Viégas, L.S (org). **Medicalização da Educação: ciência ou mito?** (pp. 277-300). Salvador: EDUFBA, 2014.

NEGREIROS, F; ROCHA, J. O.; BARROS, M.O. Elaboração e implementação de leis municipais de luta contra a medicalização: mesorregião sudeste do Piauí. **Anais do V Seminário Internacional A Educação Medicalizada – Existirmos, a que será que se destina?** Salvador: UFBA. 2018.

OLIVEIRA, I.F; & PAIVA, I.L. A atuação do psicólogo no campo das políticas sociais: mudanças e permanências. In. Hur, D.U; & Lacerda Júnior, F. **Psicologia, políticas e movimentos sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

PASQUALINI, M. G. SOUZA, P. R DE. & LIMA, M. P, C. **Atuação do psicólogo escolar na perspectiva de proposições legislativas.** *Psicologia Escolar e Educacional*, 17 (1), 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572013000100002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso março de 2019.

PATTO, MARIA HELENA SOUZA. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4.^a ed. –Intermeios, 2015.

RIBEIRO, M. I. S. Fórum sobre Medicalização da educação e da sociedade – Núcleo Bahia. In: Viégas, L.S (org). **Medicalização da Educação: ciência ou mito?** (pp. 277-300). Salvador: EDUFBA, 2014.

SOUZA, M. P. R. **A atuação do psicólogo na rede pública de educação: concepções, práticas e desafios**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

VALA, J. Representações sociais e práticas psicossociais. In: Medeiros, E.D; Araújo, L. F; Coutinho, M.PL & Araújo, L.S.L (org). **Representações sociais e práticas psicossociais** (pp. 13-18). Teresina: EDUFPI, 2018.

VIÉGAS, L. S. Reflexões sobre a pesquisa etnográfica em psicologia e educação. **Diálogos possíveis**. Salvador: 6(1), 2017. Disponível em: <<http://www.fsba.edu.br/dialogospossiveis>>. Acesso dezembro de 2018.

YAMAMOTO, K.; SANTOS, A. A. L.; GALAFASSI, C.; PASQUALINI, M. G. & SOUZA, M. P. R. (2013). Como atuam psicólogos na educação paulista? Um estudo sobre suas práticas e concepções. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 33(4). 2013 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932013000400003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso dezembro de 2018.

TATIANE DOS SANTOS COSTA CORREIO

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0002-5532-4630>

Mestranda em Psicologia Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Psicologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

LUDGLEYDSON FERNANDES DE ARAÚJO CORREIO

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0003-4486-7565>

Professor orientador do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Psicologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista de Produtividade PQ-2 em pesquisa pelo CNPq. Psicólogo, Doutor em Psicologia pela Universidad de Granada (Espanha) com período sanduíche na Università di Bologna (Itália), Mestre em Psicologia e Saúde pela Universidade de Granada (Espanha), Mestre em Psicologia Social e Especialista em Gerontologia pela UFPB. Professor orientador do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Psicologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista de Produtividade PQ-2 em pesquisa pelo CNPq. Coordenador do GT da ANPEPP “Relações Intergrupais: Preconceito e Exclusão Social”. Faz parte do Banco Nacional de Avaliadores do Sinaes (BASis) do INEP/MEC; Conselho Editorial da revista Kairós (PUC/SP), EDUFRO e Editor Associado da Revista de Psicologia da IMED. Também tem sido revisor ad hoc de

periódicos nacionais e internacionais: *Ageing & Society*; *Aging & Mental Health*; *Psychology, Health & Medicine*; *The International Journal of Aging and Human Development*, *British Journal of Education, Society & Behavioural Science*, *AIDS Care*, *The Spanish Journal of Psychology*, *Journal of AIDS and Clinical Research*, *Psicologia e Sociedade*, *Psicologia: Reflexão e Crítica/Psychology*, *Psicologia: Ciência e Profissão*, *Psicologia em Estudo*, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ)*, *Psicologia e Saber Social*, *Temas em Psicologia*, *Revista Brasileira de Psicologia e Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*. Tem pautado sua atuação no âmbito do ensino, pesquisa e extensão principalmente nos seguintes temas: *Psicologia Social*, *Psicologia do Envelhecimento e Psicogerontologia*, *Idosos*, *Aspectos Psicossociais das Drogas*, *Aspectos Psicológicos da Prevenção ao HIV/AIDS*, *Homoparentalidade*, *Homofobia e Resiliência*.
Contato principal para correspondência.

FAUSTON NEGREIROS CORREIO

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0003-2046-8463>

É professor-pesquisador adjunto IV do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) Ciência Política da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Psicólogo, graduado pela Universidade Estadual do Piauí (2005). Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2009;2012). É professor-pesquisador adjunto IV do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) Ciência Política da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Pesquisador no grupo de pesquisa *Psicologia e Escolarização: políticas públicas e atividade profissional na perspectiva histórico-crítica*, da Universidade de São Paulo/USP. Membro da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, ABRAPEE. Membro do Fórum Nacional de Medicalização da Educação e Sociedade. Compõe o GT Psicologia e Políticas Educacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia/ANPEPP, Compõe o Conselho Editorial e é Revisor Técnico das seguintes editoras: Artmed, Mercado das Letras, Brazil Publishing, Penso, Appris, CRV, Juruá e Pimenta Cultural. Possui experiência na área de Psicologia Escolar e Educacional; Coordena o PSQUED, Núcleo de Pesquisa e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar, vinculado ao CNPQ. Atua principalmente nos seguintes temas: *Queixa Escolar*; *Fracasso Escolar*; *Medicalização e Patologização da Educação e da Sociedade*; *Atuação e Formação do Psicólogo Escolar*; *Problemas na Escolarização*, *Vulnerabilidade e Desigualdade Social*, *Psicologia e Política Educacional*, *Psicologia Escolar*, contextos e práticas emergentes. *Psicologia e Proposições Legislativas*.

Submetido em: 16-10-2019

Aceito em: 11-11-2019